

Building the way

“EU SÓ TÔ TENTANDO ACHAR, A AUTOESTIMA, QUE ROUBARAM DE MIM”: A ESTÉTICA NEGRA COMO EMPODERAMENTO NO BRASIL

"I'M JUST TRYING TO FIND, SELF-ESTEEM, WHO STOLE FROM ME": BLACK AESTHETICS AS EMPOWERMENT IN BRAZIL

Jessica Meireles Pereira

Mestre em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado pela Universidade Estadual
de Goiás (TECER/UEG)

jessicameirelesp@gmail.com

Gilda Vieira de Sousa

Graduanda em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG)

gildahti81@gmail.com

78

Resumo: O racismo tem impactos negativos na autoestima dos negros brasileiros, fazendo com que muitos renunciem a elementos da sua identidade estética para se adequar ao padrão de beleza branca em uma tentativa de inclusão social. Assumir os aspectos estéticos fora dos padrões de colonização, como dotados de beleza, como por exemplo o cabelo crespo, é uma estratégia de ativismo sócio-histórico para o reconhecimento das identidades ancestrais e empoderamento. Através de um estudo bibliográfico e análises de casos, buscamos tecer uma reflexão historicista sobre o racismo estrutural brasileiro, os efeitos dos discursos de ódio em espaços de engajamento como as redes sociais, os efeitos da representatividade e as posições antirracistas para empoderar os sujeitos através dos elementos estéticos, principalmente dentro das mídias digitais.

Palavras-chave: Estética negra; racismo; empoderamento; representatividade.

Abstract: Racism has negative impacts on the self-esteem of black Brazilians, causing many to renounce elements of their aesthetic identity to conform to the white beauty standard in an attempt to social inclusion. Assuming aesthetic aspects outside the patterns of colonization, as endowed with beauty, such as curly hair, is a strategy of socio-historical activism for the recognition of ancestral identities and empowerment. Through a bibliographic study and case analysis, we seek to weave a historicist reflection on Brazilian structural racism, the effects of hate speech in spaces of engagement such as social networks, the effects of representativeness and anti-racist positions to empower subjects through aesthetic elements, especially within digital media.

Key-words: black aesthetics; racism; empowerment; representativeness

Sempre tive o mesmo rosto
A moda que mudou de gosto
E agora querem que eu entenda
Seu afeto repentino

Eu só tô tentando achar
A autoestima que roubaram de mim

Considerações iniciais

O presente artigo tem como objetivo trazer para discussão a importância de se falar do racismo estrutural no Brasil, e os danos que trazem a proporção de direitos e o reconhecimento do “Eu”, evidenciando violências físicas e psicológicas. O racismo é uma ferramenta agressiva aos corpos negros. Silvio Almeida (2021), evidencia as construções históricas presentes no conceito racismo estrutural, pressuposto histórico de violência e manutenção de uma relação de poder, que estimula a permanência da desumanização do outro e a continuidade de uma política genocida, como analisa Abdias Nascimento (2017).

Leituras de obras clássicas e de cunho histórico como *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* de Gilberto Freyre (2006), e *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* do brasilianista Thomas Skidmore (2012), se fazem necessárias neste trabalho, afim de entender os processos sócio-políticos e culturais referentes ao pensamento racial.

Ressaltaremos neste trabalho os processos de construção e reconstrução das identidades negras, e a importância da representatividade para a aceitação do “Eu” enquanto sujeito histórico, evidenciando principalmente a concepção de estética negra e como o padrão de beleza branca pode ser maléfica para a autoestima de milhões de negros no Brasil. A partir dessa ideia trabalharemos com o conceito de empoderamento através do pensamento de Joice Berth (2020), alinhada com escritos de Frantz Fanon (2008) sobre a desconstrução identitária através da padronização estética e cultural imposta pelo colonizador, na prática do embranquecimento e silenciamento do outro.

Também discutiremos sobre o importante papel da internet e redes sociais para levar informações e referências de pessoas negras influentes que desenvolvem conteúdos em prol do empoderamento e contribuem para que os outros negros se libertem da ideologia dos padrões de beleza branca e decidam assumir suas belezas naturais. Ao mesmo tempo, percebemos as mídias digitais como reprodutoras de padrões que repercutem o racismo estrutural, seja através dos discursos e da disseminação de grupos coordenados como os gabinetes do ódio, que atuam no

Building the way

Brasil, questão abordada no trabalho do historiador Tarcízio Silva (2022), ou no estabelecimento do racismo algorítmico, tratado pela professora e pesquisadora Safya Umoja Noble (2021) que denota a atenção para a existência dos chamados algoritmos da opressão que não só colaboram para noções pejorativas nas redes sociais como podem gerar silenciamento de vozes não brancas.

O objetivo não é trazer dados e nem mesmo estatísticas de casos de racismo ou pessoas que conseguiram se recuperar de traumas sofridos pela prática racista, mas sim, utilizar de obras conceituais e historiográficas de autores que abordam o tema, e análises de conteúdos disponíveis nas redes sociais e mídias de informação. A diversidade de fontes apontadas neste trabalho destaca a ampliação dos domínios dos olhares historiográficos, onde novos espaços e possibilidades de análise se fazem necessárias, principalmente em vista de processos estruturais e bem presentes.

1 Contextos do racismo estrutural brasileiro: ideologia racista e a desumanização do outro

No Brasil, há um número significativo de negros. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹ 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. Contudo, o racismo no país é estruturado, figurado pela permanência da subjugação do outro desde a colonização portuguesa. O estabelecimento da república não garantiu um conceito de povo diversificado, a sociedade continuou a se constituir em uma relação de poder racial, classista e misógina, onde a branquitude controla essa relação de poderes. Mesmo após a histórica Constituição de 1988², a violação dos direitos da população negra continuará presente. Sobre isso, Silvio de Almeida em seu livro “*Racismo Estrutural*”, aponta que

[...] As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus

¹ Disponível em: <[liv101722_informativo.pdf \(ibge.gov.br\)](https://bib101722.informativo.pdf(ibge.gov.br))> Acesso: 02 mar 2022.

² A Constituição brasileira de 1988 é um modelo de igualdade em cidadania, projetada poucos anos após a redemocratização brasileira. O seu texto inclusivo foi possível devido a movimentos populares que floresceram nos últimos anos da Ditadura Militar, tendo destaque o Movimento Negro Unificado (1978).

componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (2021, p.47).

Segundo o Art. 5º do livro Constitucional (BRASIL, 1988), “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. No Art. 3, inciso XLI, que “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”; e novamente no Art. 5º, inciso XLI, que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.

Contudo, o corpo negro é relegado a marginalização e a privação de direitos básicos e de privilégios sociais. A violência policial, a pobreza, e a discriminação ainda são presentes dentro da frágil democracia brasileira. A fragilidade está na exclusão do âmbito de cidadania e das oportunidades negadas às pessoas negras e pardas do país.

A negação do racismo, e a persistência do mito da Democracia Racial ainda reside na sociedade brasileira. As redes sociais, instrumento de opinião muitas vezes utilizada no ativismo antirracista, também populariza termos como “mi,mi,mi” ou o “agora tudo é racismo”, para desvalidar as denúncias e posições públicas sobre pautas raciais. Ainda persiste a crença de que o racismo só existe porque ainda se fala nele e que o silêncio seria a via mais eficaz para acabar com o preconceito racial.

Para Silvio Almeida (2021, p.20) “o racismo é sempre estrutural, ou seja, integra a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável [...]”, dessa forma é possível notar no Brasil a manutenção de uma opressão histórica, por meio de grupos e instituições hegemônicas que permitem a continuidade e absorção na sociedade de valores desiguais baseada na raça.

Ao tentarmos contextualizar o uso do termo “raça”, percebemos uma ordem de pressuposto biológico utilizada inicialmente pela biologia na classificação de plantas e animais. Posteriormente na Era Moderna, em meados do século XVI, tal conceito passou a classificar e separar a humanidade em categorias. Para Almeida (2021, p.24):

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado as circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da

Building the way

“raça” sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico.

A partir dessa leitura e da circunstância histórica que marca o século XVI, o termo “raça” é adotado com o propósito de catalogar a humanidade em espécies inferiores e superiores, dentro da justificativa da ordem econômica colonial alimentada pelo sistema escravocrata, quando o outro, no caso, o africano negro é diminuído pela catalogação e escravizado dentro desse sentido por uma raça tida como superior.

É importante lembrarmos que a ciência também foi utilizada para afirmar por meio de “estudos científicos” e teses eugenistas a inferioridade do homem negro em relação ao homem branco, em “análises” que alinhavam estruturas físicas e intelectuais. Tais estudos foram patrocinados pela elite branca, que se beneficiava com a manutenção dessa dinâmica de opressão.

É possível dizer que o racismo brasileiro é estrutural, por permanecer nas relações de poder que moldam a sociedade, nas práticas eugenistas de branqueamento que geram a difusão da violência aos corpos não brancos. O homem negro e a mulher negra, mesmo nas políticas do Brasil independente ao republicano, serão postos a margem da sociedade. A elite branca vai associar esses sujeitos ao atraso, a ponto de formularem juntamente aos projetos de ordem nacional, uma proposta de embranquecer o povo brasileiro a fim de construir o progresso, pressuposto executado através da miscigenação.

O Brasil nasce, enquanto nação já desigual. Foi muito comum a construção dos chamados momentos inaugurais, que são reconstituições de eventos históricos forjados a partir de ilusões intencionais de quem detém o poder. Esse foi o papel do IHGB (Instituto histórico geográfico brasileiro) nos pós independência. A historiadora Lilia Schwarcz (2019) lembra, por exemplo, de um concurso promovido pela instituição ligada ao Estado a fim de procurar escritores da História brasileira, um dos textos selecionados foi o do naturalista bávaro Karl Von Martius, que cria uma nação parida em uma relação harmônica entre três raças, mas onde a branquitude europeia era a grande guia.

Martius, que em 1832 havia publicado um ensaio chamado ‘o estado do direito entre os autóctones no Brasil’, condenando os indígenas ao desaparecimento, agora optava por definir o país por meio da redentora metáfora fluvial. Três longos rios resumiriam a nação: um grande, caudaloso, formado pelas populações brancas; outro um pouco menor,

Building the way

nutrido pelos indígenas; e ainda outro, mais diminuto, alimentado pelos negros. [...] Ali estavam pois os três povos formadores do Brasil; todos juntos, mas (também) diferentes e separados. Mistura não era e nunca foi sinônimo de igualdade. Aliás, por meio dela confirma-se uma hierarquia 'inquestionável' e, que nesse exemplo, e conforme revelava o artigo, apoiava-se em um passado imemorial e perdido no tempo. (SCHWARCZ, 2019, p.16)

83

Abdias Nascimento (2016), professor, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras brasileiras trata em seu livro, *“O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado”* relatos das várias tentativas de embranquecimento da nação brasileira, como uma forma de extermínio de um povo que compõe a história e a construção de um País.

No período escravocrata, os senhores da casa grande em uma relação de poder de violência e força, se apossavam do corpo da mulher escrava, quando essas ficavam grávidas a esperança era que o filho nascesse branco, a linhagem bastarda também era um símbolo de poder patriarcal. Apesar do filho bastardo não ser reconhecido como herdeiro, poderia usar o nome do pai. Nascimento (2016, p.84), escreve: “O crime de violação de subjugação sexual cometido contra a mulher negra pelo homem branco continua como prática normal ao longo das gerações[...]” essa herança deixada pela branquitude colonial até hoje reflete na vida das mulheres negras do nosso Brasil, que são vistas como objeto de desejo sexual e ainda são desvalorizadas não sendo em muitos casos a preferência de esposa para muitos homens brancos que, na verdade, em muitos dos casos só as querem a disposição de relacionamentos casuais.

1.1 A máscara do racismo brasileiro: Miscigenação e o mito da Democracia Racial

Estudos pseudocientíficos patrocinados por uma elite intelectual branca colaboraram para a justificação da condição de inferioridade da pessoa negra. Até metade do século XX existiram teses eugenistas que defendiam a existência de uma “raça superior”. Essa posição é uma conjunção de permanência da ideologia colonial ainda na política republicana brasileira, onde o outro era desumanizado para alimentar o sistema escravocrata, enquanto na república para especular sobre os desníveis sociais pela raça.

Building the way

Antropologia criminal, darwinismo social e a eugenia são teorias que marcaram o prevalecimento do racismo na estrutura da sociedade. “A ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar, salvo aquelas inseridas nas instituições em que a ciência é produzida.” (ALMEIDA, 2016, p.70).

Após vários outros estudos e apresentação de teses científicas de estudiosos e pesquisadores não eugenistas que provaram que os negros não são biologicamente inferiores ao homem branco, surge um novo discurso, a democracia racial, baseada em uma ideia de relação harmônica interracial na sociedade brasileira. A Miscigenação no Brasil já se encontrava bastante avançada no século XX, e o embranquecimento da população negra era o objetivo da elite dominante. Tendo o embranquecimento da nação como alvo, então viram nos relacionamentos raciais a possibilidade para esse processo e a solução do “problema negro” no território brasileiro.

Gilberto Freyre, em sua famosa obra “*Casa Grande e Senzala*” (2006) publicada na década de 30, é consagrada por apresentar a miscigenação no Brasil como resultado de uma relação harmônica entre raças. O pensamento de Freyre ultrapassou as fronteiras brasileiras na segunda metade do século XX, e passou para além do território nacional uma falsa ilusão definida pela “ausência de preconceito e discriminação racial no Brasil e, conseqüentemente, pela existência de oportunidades econômicas e sociais iguais para negros e brancos” (HASENBALG, 1979, p. 242).

A miscigenação passou a ser incentivada, baseada na teoria do branqueamento racial, que defendia a proeminência da raça branca sobre a negra. Segundo os intelectuais eugenistas da época, as relações inter-raciais constituiriam uma geração de filhos com a pele cada vez mais clara, e sem traços indígenas e africanos. Como exemplo, a figura 1 representa uma pintura de Modesto Brocos criada em 1895, intitulada “*A redenção de Cam*”, em uma apologia ao mito sobre os negros africanos serem os povos amaldiçoados pela descendência de Cam, filho de Noé, cuja sentença por zombar do pai bêbado e nu seria servir os seus irmãos e suas gerações. O branco aparece como o salvador que quebra essa maldição ao se predispor a construir uma linhagem interracial. Na tela a matriarca negra retinta agradece aos céus pelo fruto concebido, uma criança clara miscigenada. Esse pensamento

Building the way

ultrapassou o século XIX para o XX com conotações mais invisibilizadoras para com a existência de um racismo estrutural.



Figura 1: Reprodução fotográfica César Barreto. A Redenção de Cam, 1895, Modesto Brocos. Óleo sobre tela, c.i.d. 166,00 cm x 199,00 cm. Fonte: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso: 25 de fev 2022

O mito da democracia racial, nega a existência do racismo através da miscigenação e pela existência de uma diversidade cultural vigente, apresenta um falso senso de igualdade meritocrática que ao longo da História se consolidou no pensamento brasileiro. Sobre isso Almeida (2021, p. 81) ressalta:

A meritocracia se manifesta por meio de mecanismos Institucionais, como os processos seletivos das universidades e os concursos públicos. Uma vez que a desigualdade educacional está relacionada com a desigualdade racial, mesmo nos sistemas de ensino públicos e universalização, o perfil racial dos ocupantes de cargos de prestígio no setor público e dos estudantes nas universidades mais concorridas reafirma o imaginário que, em geral associa competência e mérito a condições como a branquitude, masculinidade e heterossexualidade e cisnormatividade [...]

Para o autor, no contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, por promover a confirmação ideológica dos indivíduos desarticulando as complexidades fomentadas pela desigualdade racial, essa que leva consequentemente a outras desigualdades.

A Miscigenação trouxe para o imaginário da sociedade brasileira a ideia de que o negro de pele mais clara sofreria menos o impacto brutal do racismo. Tendo a

Building the way

pele mais clara o negro passava então a ser “aceito” pela elite dominante e a possibilidade de ascensão social era ainda maior. Mas, mesmo para esses, a manutenção de uma posição social era problemática, o mestiço devia renunciar a sua ancestralidade e não deixar que suas origens viessem à tona podendo assim afetar seu posicionamento.

O brasilianista Thomas Skidmore (2012, p.82) afirma que “era comum que mestiços em ascensão social fizessem de tudo para ocultar seus antecedentes familiares”, sendo levado ao dilema de ter a oportunidade de construir um certo bem estar econômico ou assumir seus dependentes renunciando à ascensão social.

Para Skidmore (2012) a teoria do branqueamento ainda transformava a mestiçagem como um fator fundamentalmente negativo, podendo ser visto como uma espécie de “aprimoramento genético” pelo homem branco, para ele a ideia de branqueamento e o mito da democracia racial partiam de interesses políticos e econômicos onde os beneficiários dessa ideia ainda seria um pequeno grupo que concentrava o poder e ainda definia quem subia ou quem descia na escalada social.

[...], mas pode-se dizer que o (sic) mulato foi a figura central na “democracia racial” brasileira, por ter-lhe sido concedido ingresso _ ainda que limitado_ ao estrato social superior. Os limites a sua ascensão dependiam da aparência precisa (quanto mais “negroide”, menos mudança social) e do grau de “brancura” cultural (educação, maneiras, renda) que fosse capaz de obter. (SKIDMORE, 2012, p. 82).

Alguns pesquisadores como Ali Kamel (2006) acreditam que o racismo não é o principal fator para a desigualdade social brasileira. Para eles a má distribuição da renda seria a grande responsável pela tamanha desigualdade que separa a nação. Ainda segundo o jornalista, os estudos que mostram as desigualdades por cor da pele no Brasil são inexatos. Para ele, os números mostrados pelo IBGE, não fecham a conta. Se os brancos sendo 34,2% são pobres, os negros sendo 65,8% do total da população pobre, então dos 56,8% dos milhões de pobres os negros são 7,1% e não 65,8%, e os pardos são 58,7%. Portanto, Kamel (2006) conclui que “se a pobreza no Brasil tem uma cor essa cor é parda” (idem). Para o mesmo, a desigualdade no Brasil só mudará após uma reforma no sistema político brasileiro e a distribuição de renda for de forma igualitária entre todos.

No entanto, é importante entender que a inexistência de políticas públicas e o acesso a direitos básicos estão sim, atrelados a uma relação de poderes onde

Building the way

negros e pardos pouco se beneficiam. Caso as oportunidades surjam, os sujeitos, por estarem pouco representados em posições de poder e influência serão vistos com desconfiança.

Um negro brasileiro, mesmo financeiramente confortável, irá ser visto com suspeita. Mesmo tendo as devidas condições de ir a um Shopping, escolher, comprar e pagar, os olhos vigilantes dos seguranças e das câmeras de monitoramento não o deixam se sentir confortável. Pois ele sabe que qualquer movimento seu está sendo vigiado e observado. Como ocorreu com a delegada Ana Paula Barroso em Fortaleza no dia 14 de setembro de 2021, em uma loja da rede espanhola Zara, que usava inclusive códigos entre os funcionários para alertar sobre clientes “suspeitos”³.

O filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe (2018), cunhou o conceito necropolítica a partir da ideia de biopoder de Foucault, que explica a existência do chamado “corpo matável”. Através da marginalização avalizada pelo próprio Estado, se é definido quem vive e quem morre. A necropolítica é camuflada pela desigualdade social e pela violência policial, parâmetros que justificam ações de um extermínio institucionalizado. O caso do jovem negro Rodrigo Alexandre da Silva, de 26 anos, é um exemplo dessa institucionalização do assassinato de determinados grupos. Rodrigo foi morto em 2018 no Rio de Janeiro durante uma noite chuvosa pela polícia que diz ter confundido o guarda-chuvas que ele tinha em mãos com um fuzil⁴.

A criança negra recebe desde cedo orientações de como se comportar fora de casa a fim de não ser vista com suspeitas. É instruída a não correr, a andar sempre com as mãos expostas e a não fazer qualquer movimento corporal que seja fora do “normal”, pois qualquer uma dessas ações pode ser motivo para sair de casa e talvez nunca mais voltar⁵.

E aí nos vem a questão. Ainda tem quem acredita em uma democracia racial no Brasil? O direito de ir e vir do negro, realmente existe? A resposta para essas questões podemos encontrar diariamente nas reportagens dos programas jornalísticos, nas estatísticas apontadas pelas últimas pesquisas. Em uma reportagem

³ Fonte: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/20/delegada-negra-barrada-na-zara-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber-sobre-caso-em-loja-de-fortaleza.ghtml>. Acesso: 19 mar 2022.

⁴ Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html. Acesso: 10 mar 2022.

⁵ Sobre maternidade, racismo e genocídio de crianças negras. Disponível: <<https://www.geledes.org.br/maternidade-e-racismo-a-exclusao-das-maes-negras/>> Acesso 21 jun 2022.

Building the way

divulgada pelo canal UOL Notícias⁶, o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima disse:

A gente está olhando para os números e percebemos que, enquanto o Brasil faz de conta que não tem problemas raciais, um racismo estrutural que organiza as relações sociais do país, quem morre e quem mata são exatamente proporcionalmente mais negros do que brancos. (2017. [s/p])

88

Oito de cada dez mortos pela polícia no Brasil, são negros como aponta relatório Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2020⁷.

2 Identidade e estética negra

A construção de padrões está associada a interesses de uma elite que delimita o que aceitável ou não na sociedade. Essa perspectiva, trabalhada por Michel Foucault (1987), auxilia-nos a pensar a construção da estética e do olhar sobre os corpos, a partir de uma relação de poder. Assim, os poderes em suas várias escalas, inclusive o Estado normaliza uma noção de belo e feio, bom e ruim influenciando também as formações morais, identitárias e performáticas. Dessa forma, situamos o negro em uma conjuntura racista, onde o padrão estabelecido é o seu oposto, e o senso estético normalizado é aquele que exalta características brancas eurocêntricas.

Assim, muitas das vezes pessoas que são excluídas desse padrão são submetidas a tratamentos estéticos agressivos para serem aceitos na sociedade. Cirurgias plásticas são adotadas para mudar a aparência física, procedimentos químicos são efetuados em cabelos crespos, e em algumas ocasiões as mudanças para se sentir incluído leva a mudança de linguagem e o abandono de valores identitários ancestrais.

Frantz Fanon (2008), em *“Pele negra, máscaras brancas”*, relata as várias formas de agir e pensar do homem negro em um espaço ao qual tem que integrar, adotando valores culturais bem quistos pela branquitude. Para o filósofo antilhano, nesse caso “o negro tem duas dimensões. Uma com seus semelhantes e outra com

⁶ Fonte: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2017/10/09/sociedade-brasileira-cultua-a-violencia.htm>> Acesso: 12 nov 2021.

⁷ Fonte: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso: 12 nov 2021.

Building the way

o branco” (2008, p. 33), ou seja, ao mesmo tempo que o homem negro se aceita enquanto negro ele tende a se comportar como branco. “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritude, seu mato, mais branco ele será.” (FANON, 2008. p. 34) o autor ainda descreve, situando como exemplo, o caso de um jovem negro antilhano que ao aprender a língua francesa, sente-se igual perante o homem branco, ou seja, um homem verdadeiro, e ao voltar para casa se torna irreconhecível pelos seus irmãos.

No século XX com o Pan-africanismo alguns conceitos são instrumentalizados de maneira filosófica para criar uma ideia movimentada pela experiência histórica colonial, que integrará noções com identidade e africanidade. Aime Cesaire (1913-2008) e Léopold Senghor (1906-2001), por exemplo, trouxeram à tona a palavra *négritude* da etimologia francesa, para a constituição de uma noção legitimadora que unisse povos negros de diferentes origens para atuar a favor da descolonização.

Alberto Guerreiro Ramos, cientista social brasileiro propunha o conceito do personalismo negro “definido como o ato de assumir a condição de negro a fim de subverter os padrões racistas” (ALMEIDA, 2021, p.79). Em 1970, o ativista Steve Biko (1946-1977) definiria o termo Consciência negra, como uma noção que unia o eu de origem com a luta pela emancipação e desconstrução do sistema que conduzia as sociedades racistas.

Tais conceitos norteariam movimentos em prol da independência de países africanos, encabeçaria a luta pelos direitos civis, e outras vertentes de orgulho negro como reação a manutenção da desumanização colonial.

2.1 A beleza negra e a reconstrução da identidade

Em 1970, a escritora e ativista Toni Morrison (1931-2019) publicaria o seu primeiro romance, intitulado “*O olho mais azul*” (2019). A carga dramática se faz sobre o estigma racial tendo como protagonista uma menina negra, Pecola Breedlove que era tida como feia pelos colegas e negligenciada pelos adultos, por apresentar a pele muito negra e o cabelo crespo. Diante disso, acreditava que se fosse branca de cabelos loiros e olhos azuis sua vida seria totalmente diferente. “Pecola só desejava

Building the way

alçar-se para fora do fosso de sua negritude e ver o mundo com olhos azuis” (MORRISON, 2019, p.181). Ela queria se sentir amada e cuidada como uma menina branca. A referência que Pecola tinha de beleza era a da atriz mirim dos anos 30 Shirley Temple, com cachos loiros bem alinhados, branca e de bochechas rosadas.



Figura 2: Poster do filme “Curly Top” protagonizado pela atriz mirim Shirley Temple em 1935. Fonte: <<https://www.pinterest.pt/pin/469218854896845896/>>. Acesso em: 15 de março de 2022

O curta-metragem de ficção “Cores e Botas” (2010), produzido pela cineasta brasileira Julia Vicente, traz uma abordagem semelhante a de Morrison. Também protagonizado por uma criança, aqui a questão da representatividade negra em papéis de destaque no meio infantil se faz necessário.

No curta, uma menina chamada Joana, era fã da apresentadora infantil Xuxa, bastante popular nos anos 90. A escola onde a garota estudava promoveu um concurso a fim de selecionar meninas para terem a chance de compor o time de paquitas, bailarinas e assistentes de palco da animadora infantil, constituídas de meninas brancas, loiras e magras. Joana se inscreve no concurso e apesar de ter o apoio dos pais, suas concorrentes, colegas de classe e o corpo de jurados, a tratam com desdém, deboche, ou com surpresa já que sua aparência não correspondia ao padrão estabelecido.



Figura 3: Xuxa e as paquitas. Fonte: <https://claudia.abril.com.br/famosos/paquitas-xuxa-reencontro/>. Acesso em: 15 de março de 2022.

O *Xou da Xuxa* fez grande sucesso por seis anos no Brasil, sempre com grande audiência de público. Foi no auge de seu programa que começaram a surgir várias críticas e especulações sobre as características das paquitas. Atendendo ao padrão de beleza imposto pela classe dominante e espelhado no padrão europeu, as paquitas deviam ser todas de pele clara, loiras, magras e de boa aparência excluindo por completo a chance de qualquer menina que tivesse a pele de tom escuro e de cabelos pretos de pisar no palco e ser uma daquelas assistentes. Em sua curta-metragem a cineasta aborda algumas questões bastante relevantes como: A ausência de representatividade, ausência de identidade e a questão de o mérito não ser o suficiente para quem é negro.

Joana, a personagem do curta-metragem ao assistir *Xou da Xuxa* não se via em nenhuma daquelas paquitas que faziam parte do show, nenhuma daquelas meninas tinha a cor de sua pele, a cor ou a textura de seus cabelos e por isso ela decide trocar de pele pois em seu imaginário se ela fosse de outro jeito ela teria mais chance de realizar seu sonho. Joana não queria mais ser ela, ela estava disposta a ter uma outra identidade para ser aceita.



Figura 4: Cena do curta-metragem *Cores e Botas* (2010) dirigido e roteirizado por Juliana Vicente. Fonte: < <https://cinemahistoriaeducacao.com/cinema-e-historia/historia-da-africa/cores-e-botas/>>. Acesso em 13 de março de 2022.

A representatividade está alinhada com a reconstrução identitária. A identidade étnico-racial no Brasil é construída no seio de grandes conflitos raciais. Para Lilia Pereira (2012), a identidade negra se desenvolve a partir de um processo coletivo “por meio de significados e representações dos atores sociais” (2012, p. 40). Dentro dessa mesma perspectiva, Nilma Lino Gomes (2008, p.9), defende que “A identidade negra acontece como um movimento que não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, mas também na relação com o olhar do outro, do que está fora”.

Por décadas, ter o cabelo liso, alinhado, sem nenhum volume para se encaixarem em um padrão de beleza ditado pela sociedade fez com muitas mulheres e homens negros de cabelos crespos/cacheados viessem a passar por procedimentos químicos com produtos agressivos para se sentirem bonitos.

Uma pesquisa feita pelo “*The Crow Act*” e divulgada pela página Quebrando Tabu⁸, diz que, 53% das meninas negras já sofreram discriminação por causa do cabelo crespo. A pesquisa aponta que 5 em cada 10 crianças negras a partir dos 5 anos de idade passaram por discriminação no ambiente escolar justamente por causa dos cabelos. Quando essas crianças envelhecem a tendência piora e os números sobem para 100%. A valorização do cabelo crespo foi um dos primeiros passos para a reconstrução da identidade focada na negritude, como o movimento *Black Power*. Segundo Gomes (2008, p.174):

⁸ Fonte: < <https://www.facebook.com/quebrandootabu/posts/5408793739176969/>> Acesso: 20 jun 2022
v. 12, n. 1

O cabelo é um dos elementos mais visíveis e destacados do corpo. Em tudo e qualquer grupo étnico ele é tratado, manipulado, todavia a sua simbologia difere de cultura para cultura. Esse caráter universal e particular do cabelo atesta a sua importância como símbolo identitário.

Ao assumirem seus cabelos crespos e resgatar suas identidades, os movimentos negros chamaram a atenção do mercado voltado para a produção de cosméticos e fez com que ele passasse a produzir produtos específicos para ajudar nos cuidados dos cabelos crespos e facilitar a vida principalmente das mulheres negras que eram as mais afetadas devido à falta desses produtos.

Com essas conquistas a sociedade vai construindo em passos lentos, mas extremamente importantes uma visão positiva do negro, isso graças a movimentos sociais que ressignificam valores ancestrais vinculados ao orgulho e consequentemente ao empoderamento.

3. “A cultura negra é popular, mas as pessoas negras não”: os discursos raciais e a apropriação estética

Nas páginas anteriores falamos sobre a luta dos negros brasileiros para reconstruírem suas identidades que lhes foram tomadas pelo padrão imposto pela sociedade branca dominante. Neste tópico, iremos inserir como abordagem, a apropriação da estética negra que vem sendo usufruída por homens e mulheres brancas como fonte de lucro comercial.

Há um termo chamado *blackfishing*⁹ que vem rendendo um grande debate nas redes sociais e chamando a atenção de grande parte das pessoas em todo mundo. Cunhado pela jornalista Wanna Thompson, que utilizou o conceito para nomear a ação de usufruto da cultura negra para obter ganhos sociais e monetários.

Para a jornalista Thompson, *blackfishing* e apropriação cultural estão interligados, um não existe sem o outro. Contudo, esse fenômeno é praticado por pessoas brancas, e por elas aceito, enquanto a população negra ainda não é a

⁹ Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/o-que-significa-blackfishing-e-por-que-artistas-estao-envolvidos-nisso/> Acesso: 19 mar 2022.

Building the way

idealizada. Como escreveu o poeta B. Easy em sua rede no *Twitter* “A cultura negra é popular, mas as pessoas negras, não”¹⁰.

A escritora e palestrante norte-americana Michelle Taylor, conhecida pelo seu alter ego Feminista Jones a página da CNN¹¹ descreve a apropriação cultural como o momento em que pessoas com poder e privilégios pegam costumes e tradições de um determinado grupo e o redireciona como uma novidade, parte de uma moda, deslegitimando o viés identitário dessa cultura e de seus símbolos. “Em vez de valorizar a cultura como espectador, há a necessidade de possuí-la, de participar dela sem querer a experiência da negritude e da discriminação sistêmica que vem com ela”. Dessa forma, o branco continua a ter o controle do poder e da escolha da relevância da cultura negra, sem a desconstrução da estrutura que coloca o outro em um lugar da opressão. Djamila Riberio (2019, p. 14), atrela isso ao controle e comodismo: “o não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os outros, enquanto esses outros permanecem silenciados.”

Não cabe a nós julgar a dor do outro se não sentimos a mesma dor. Não podemos tomar posse daquilo que não é nosso por direito. Não podemos querer ser o protagonista de uma história quando o ator principal não tem nada a ver comigo, ou tomar posse de suas identidades.

3.1 O racismo e a invisibilidade da estética negra nas redes sociais

O advento das redes sociais é um marco da era pós-moderna e neoliberal. Para além de um arcabouço que marca a globalização, esses espaços virtuais e controlados consolidam a fluidez de informações, reproduções estéticas e alavanca vozes políticas. O seu efeito também criou a proximidade de vozes, gerando engajamento e ativismos de sujeitos antes sem espaço amplo para expor falas, contudo ao mesmo tempo que abre possibilidades de vozes, permanece a articulação entre o virtual e as estruturas sociais, marcada pela desigualdade e intolerância.

¹⁰ Fonte: <https://www.geledes.org.br/cultura-negra-e-popular-pessoas-negras-nao-sao-festas-neotropicalistas-e-apropriacao-cultural-indevida/>. Acesso 19 mar 2022.

¹¹ Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/o-que-significa-blackfishing-e-por-que-artistas-estao-envolvidos-nisso/>, Acesso 19 mar 2022.

Building the way

A expansão das redes de informação para além da imprensa habitual também contempla uma das problemáticas desse meio, que segue a mesma premissa líquida, no sentido definido pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2001), onde a lógica mercadológica, da rapidez e do descarte, precariza a construção de análises mais apuradas sobre o conteúdo a que se acessa.

No Brasil, a desinformação planejada pelos chamados “gabinetes do ódio”, grupos conservadores extremistas que *fake news* sobre figuras influentes no meio político, ou sobre casos que ganham muita visibilidade, como o assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes em 2018, onde a repercussão e conhecimento do seu trabalho em prol dos direitos humanos levou a uma desqualificação do seu perfil por grupos organizados na internet, associando-a com o tráfico contrastando com suas identidades de mulher negra, lésbica e periférica.

Para Tarcísio Silva (2021, p.25) “Os ataques racistas organizados como desinformação online se apoiam na cultura e na oferta de imagens das mídias hegemônicas”, ou seja, em perspectivas já estruturadas na sociedade, onde a violência é normatizada por discursos que perpetuam a desigualdade e a necropolítica. Dois casos extremos exemplificam essa condição, como o caso do jovem Rafael Braga, única pessoa presa nas Jornadas de Junho de 2016 por estar portando uma garrafa de Pinho Sol e o assassinato do afro-americano George Floyd em 2020, que despertou um debate sobre a violência policial contra negros nos Estados Unidos e Brasil. Tanto o brasileiro Rafael, como Floyd tiveram suas imagens criminalizadas através de discursos de ódio, e associações racistas disseminadas, principalmente por meio das mídias sociais.

A pouca eficiência das empresas que ministram as redes sociais em criminalizar algumas ações de seus usuários, que inclusive afeta questões políticas globais, tem gerado preocupações, em decorrência da disseminação do ódio, polarização das massas, intolerância raciais, homofobia, pedofilia, golpes financeiros e posições antidemocráticas. As redes sociais obedecem às lógicas dos sistemas estruturais da sociedade, a partir desse ponto é possível refletir que o espaço virtual reproduz os discursos consolidados historicamente no mundo real, considerando que não só os usuários, mas também os programadores são sujeitos sociais inseridos nos arquétipos que demandam e constroem as visões do eu e do outro.

Building the way

Através da análise estética que propomos neste trabalho, podemos induzir o pensamento sobre duas possíveis vias de disseminação racista na rede social. O primeiro, pelo constante benefício do anonimato e pela oportunidade do corpo ausente, que encoraja agressores, e segundo, e ainda mais problemático, o racismo algorítmico. O negro brasileiro é alvo do racismo diariamente nas ruas, no trabalho, em ambientes escolares, órgãos públicos e principalmente pelas redes sociais, racismo esse que vem sendo praticado com muito mais frequência, páginas e perfis usados para promover a intolerância racial e discursos de ódio abertamente.

As redes sociais não estão alheias ao mundo sócio-político, ao contrário, é a porta de entrada inclusive para a disseminação de ideologias políticas que podem inclusive interferir na condução democrática, até legitimar discursos de ódio através de vozes influentes. Segundo Almeida Silva (2011, p.446)

Genericamente, esse discurso se caracteriza por incitar a discriminação contra pessoas que partilham de uma característica identitária comum, como a cor da pele, o gênero, a orientação sexual, a nacionalidade, a religião, entre outros atributos.

Em 2016, a cantora de funk Ludmilla foi vítima de sucessivos ataques racistas em seu perfil¹², segundo a rede de notícias do canal Multishow um dos agressores teria usado os seguintes termos: "macaca"; "Odeio essa crioula nojenta. Macaca mesmo e f***-se". No mesmo ano, a também artista, Preta Gil sofre com vários ataques racistas coordenados em seu perfil do Facebook¹³. Outras mulheres negras com espaço midiático como a atriz Taís Araújo e a jornalista Maju Coutinho, também contemplam uma longa lista de vítimas dos discursos de ódio nas mídias sociais. Famosas ou anônimas, mulheres negras são os principais alvos de ataques virtuais.

Em 2014, um estudo realizado pelo sociólogo Luiz Valério P. Trindade, analisou práticas racistas dentro da plataforma do Facebook. Segundo os dados tragos no relatório da pesquisa, "81% das vítimas de racismo no Brasil, dentro dessa rede em especificamente, são mulheres negras de classe média, com ensino superior completo e na faixa etária de 20 a 35 anos", enquanto que os usuários engajados na prática da intolerância racial, 65, 6% dos casos são homens, na faixa dos 20 e poucos

¹² Fonte: <<https://multishow.globo.com/musica/noticia/ludmilla-e-alvo-de-comentarios-racistas-na-internet.ghtml>> Acesso 20 jun 2022.

¹³ Fonte: <<https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/preta-gil-e-alvo-de-racismo-em-rede-social-e-faz-denuncia-a-policia/>> Acesso: 20 jun 2022.

Building the way

anos. O estudo ainda traz dados importantes sobre a tipologia das postagens que geram movimentos de intolerância contra mulheres negras:

- a. expressar discordância com algum post ou comentário anterior de cunho negativo contra Negros;
- b. evidência de engajamento com profissões consideradas mais 'nobres' e de prestígio (por exemplo: medicina, jornalismo, direito, engenharia, etc.);
- c. relacionamento interracial;
- d. exercer posição de liderança ou bem-sucedida em programa de televisão ou até mesmo como convidada de honra;
- e. desfrutar de viagens de férias no exterior (sobretudo em países localizados no Hemisfério Norte);
- f. utilizar e/ou enaltecer a adoção de cabelo cacheado natural estilo Afro;
- g. vencer concurso de beleza;
- h. rejeitar proposta de relacionamento afetivo¹⁴

Apesar da data da pesquisa, é possível notar a manutenção dessa predisposição ao racismo no ambiente virtual, onde os ataques acontecem a partir da negação estética e da posição de influência das vítimas. Além disso, é preciso salientar sobre as poucas políticas formuladas pelas empresas que programam as redes, a fim de punir infratores e a dificuldade em quebrar os sigilos dos perfis quando a denúncia. Apesar de em grande parte as plataformas construírem normas e diretrizes que problematizam certas atitudes, as medidas acionadas de forma em geral se baseiam no banimento do usuário ou a exclusão de *posts* ofensivos. Tais medidas, além de minimizar o problema, não impedem o internauta de retornar com outro perfil e nem que haja uma criminalização por vias legais, nem uma posição eficiente pelas empresas que operam as redes.

Em 2020, jornalistas do *The Intercept Brasil*¹⁵ realizaram uma análise dos documentos internos do Tik Tok, a fim de denunciar supostas exclusões de cunho racial e social na rede. Segundo o jornal e os documentos tragos na reportagem, "O Tik Tok instruiu seus moderadores a esconderem vídeos que mostrassem pessoas consideradas 'feias', deficientes e até casas consideradas 'pobres'" (2020, S/P), ainda segundo o mesmo, as recomendações realizadas pela empresa que gere a plataforma, a chinesa Byte Dance "ameaçam a livre expressão política e censuram

¹⁴

Dados

disponíveis

em: <https://www.geledes.org.br/wpcontent/uploads/2018/07/FormasContemporaneasRacismo_Portuguese-final.pdf>. Acesso em: 19 jun 2022.

¹⁵ Documentos disponíveis em: <<https://theintercept.com/2020/03/16/tiktok-censurou-rostos-feios-e-favelas-para-atrair-novos-usuarios/>> Acesso 19 jun 2022.

Building the way

grande parcela da população que não se enquadra nos critérios arbitrários de moral e estética "(Idem).

Os documentos analisados pelos jornalistas, trazem reprimendas quanto a postagens de cunho racista, mas que demonstram a natureza pouco severa para com esse tipo violência enquanto que atuam de maneira exagerada para a exposição de mamilos femininos, por exemplo.

98

Já o tratamento do TikTok às lives racistas é mais severo. Descritas na mesma categoria "conteúdo controverso", transmissões que tentam "envergonhar ou depreciar indivíduos ou grupos sobre certos atributos como deficiência, gênero, cor, orientação sexual, nacionalidade, etnia ou crenças" resultam na suspensão por um mês da plataforma. Depois disso, o usuário pode voltar a usar a ferramenta normalmente. Mas a punição para usar uma roupa que marque os mamilos (femininos, claro) é ainda pior: resulta na suspensão definitiva da conta. Fazer uma live grávida se tiver menos de 18 anos também. Usuários que usam a plataforma para promover concorrentes também podem ser banidos para sempre". (BIDDLE; RIBEIRO; DIAS;2020, S/P)

Enquanto exposições racistas são tidas como conteúdo controverso, não existe a criminalização do usuário, além do seu banimento temporário, enquanto mulheres podem ser banidas definitivamente ao usar transparência que denote os seios. É possível ver na própria condução das diretrizes dessa rede social, especificamente, a reprodução de valores onde a perpetuação do racismo se propaga através da sua amenização e o preconceito de gênero se mantém pelo controle de corpos o autoritarismo sobre usuárias mulheres.

O *TikTok* não é a exceção sobre o racismo algoritmo e ineficiência das diretrizes antirracistas. Aliás, o próprio sistema algoritmo utilizado por tais plataformas preconiza a continuidade e reprodução da violência presente dentro das estruturas sociais. O documentário "Dilema das redes" (2020) dirigido pelo cineasta Jeff Orlowski apresenta uma série de denúncias feitas por funcionários que atuaram em empresas da área no Vale do Silício, na Califórnia.

Em uma das falas, encabeçadas pelo ex programador da *Google*, Tristan Harris para o filme, é possível perceber, mesmo que de maneira sintetizada, o que existe por trás da formação algorítmica. Segundo ele: "*Never before in History fifty designers, twenty to thirty-five year old white guys, in California, made decisions that would have an impact on two billion people*". Em uma tradução superficial, Harris atesta os fenótipos dos profissionais da área, designers e programadores do sexo

Building the way

masculino com idades entre trinta e trinta e cinco anos, brancos que definem o funcionamento dos algoritmos e como esses afetam bilhões de pessoas.

Vale lembrar, que o longa metragem contribuiu para a problematização das redes sociais em um momento onde grandes nomes dessa indústria, como Mark Zuckerberg era inquirido pelo papel de suas plataformas na disseminação de *fake news*, supremacismo branco e neonazismo a ponto de promover ameaças a própria constituição democrática em vários países.

A professora norte-americana Safiya Noble, traz uma análise aguçada e um conceito bem definido: "*Algorithms of Oppression*". Para Noble os algoritmos não são apenas fórmulas matemáticas automatizadas dentro de um padrão neutro e objetivo, funcionam a partir de uma intencionalidade que mistura padrões sociais e de mercado, claramente elementos que não rompem com as estruturas de marginalização dos sujeitos.

Como uma mulher negra crescendo no fim do século XX, eu sabia que a representação de mulheres e meninas negras que eu tinha descoberto em meus resultados de pesquisa não era um desenvolvimento novo da era digital. Eu podia ver a conexão entre os resultados das pesquisas e estereótipos sobre afro-americanos que são tão velhos e endêmicos nos Estados Unidos quanto a história do próprio país. [...]O que essas pesquisas representam são conceitos formulados pelos algoritmos do Google sobre uma variedade de pessoas e ideias. Seja buscando por autossugestão, ou respostas para várias questões, ou buscando por noções sobre o que é bonito, ou como um professor se parece (que não leva em conta pessoas que parecem comigo e fazem parte do "professorado" — bela "personalização"), as narrativas dominantes do Google refletem os tipos de noções e arcabouços hegemônicos que com frequência resistem às pessoas não brancas e às mulheres. (NOBLE, 2021, p.33)

É possível falar ainda a partir do trabalho de Noble, sobre silenciamento das vozes negras, quando o racismo algoritmo se torna mais flagrante. Em 2020, alguns produtores de conteúdo vítimas da segregação no espaço virtual, realizaram alguns testes de engajamento, a fim de denunciar o racismo estrutural transportado ao espaço das redes. Ao mesmo tempo que percebe a ocupação de espaços na web para o ativismo e a preconização da estética negra, além dos discursos racistas, a própria dinâmica do funcionamento das redes sociais dificulta a valorização dessas vozes.

Building the way

Mas, se o crescimento da proporção de usuários não brancos na web e sua coordenação em prol da justiça social questionam as ideias equívocas de teóricos hegemônicos do ciberespaço das décadas de 1990 e 2000 sobre uma internet descorporificada - leia-se “engajada com a branquitude” -, o mesmo não ocorre em relação aos detentores da produção de softwares e sistemas algorítmicos em uma internet cada vez mais murada e (sic) plataformizada por poucas corporações. (SILVA, 2022. p. 25)

100

O projeto Negre¹⁶, por exemplo, site encabeçado por influentes academicistas das Ciências Humanas, expõe alguns casos de racismo algorítmico, como o da *digital influencer* Sá Ollebar que ao perceber uma queda de acessos em sua página no Instagram, decidiu postar fotos de modelos caucasianas, a fim de analisar os dados de engajamento, que com a exposição de mulheres brancas têm um aumento de 6000% em acesso de conteúdo.



Figura 9: Repercussão do teste sobre o racismo algoritmo feito por Sa Ollebar. Reprodução da página do Twitter @ondejacyviu. Disponível:

<https://twitter.com/JacyCarvalho/status/1315153822432587781?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1315153822432587781%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fnegre.com.br%2Fdigital-influencers-denunciam-racismo-algoritmico-do-instagram%2F> Acesso em: 18 jun 2022.

¹⁶ Disponível em: < <https://negre.com.br/digital-influencers-denunciam-racismo-algoritmico-do-instagram/>> Acesso 19 de jun de 2022.

Building the way



Imagem 10: Reprodução da página do Twitter do digital influencer @LeviKaique. Disponível <https://twitter.com/LeviKaique/status/1315440879411159042?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1315440879411159042%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fnegre.com.br%2Fdigital-influencers-denunciam-racismo-algoritmico-do-instagram%2F> Acesso: 20 de jun 2022.

Como contraponto ao racismo algorítmico surge a noção de “aquilombamento” do espaço virtual, ou seja o pressuposto do ativismo e da resistência. Contudo esse mesmo empoderamento e vozes que soem encontram as demandas do sistema de poderes do mundo real e a transmutação para o mundo virtual, onde as relações de poderes são multidimensionais em amplas variações espaciais, deixando evidente a noção que Michel Foucault (1979, p.38) onde “o poder opera de modo difuso, capilar, espalhando-se por uma rede social que inclui instituições diversas como a família, a escola, o hospital, a clínica. Ele é, por assim dizer, um conjunto de relações de força multilaterais”.

A partir desses casos salientamos a manutenção do racismo estrutural nas redes sociais, a falta de representatividade entre programadores, políticas ineficientes e minimizadoras de crimes raciais cibernéticos, silenciamento de vozes negras através do racismo algorítmico dificultando a ampliação dos conteúdos, predileção pela estética branca dentro dos quadros de engajamento, questões que figuram a continuidade de uma violência sócio-histórica ainda predominante. Questões que colocam a democracia, politizada nas redes em um terreno movediço, onde nem todos

Building the way

são reconhecidos como sujeitos, favorecendo a efervescência autoritária, homofóbica, misógina e racista no ambiente virtual.

3.2 “O black é a coroa e o pente a libertação”: Estética negra e empoderamento

Muitas foram as percepções sobre as estruturas de poder. É possível colocar o racismo em uma linha onde as relações de poder foram construídas historicamente colocando o negro em sua situação de alvo, essa é uma perspectiva alinhada a noção de Michel Foucault (1987), onde o mesmo defende a existência de uma força não só estatal, mas também existente no meio social e até em microescala que domina os corpos, os submetendo e controlando. Além disso, é possível alinhar esse pensamento aos níveis de emprego desse poder, em noções de raça, classe e gênero.

No entanto, as relações de poder também são mutáveis, o mesmo pode ser tomado dentro de um meio coletivo quanto em uma situação de autopoder, pelo reconhecimento de si mesmo. A essa ideia se atrela o conceito de empoderamento, que estimula a autoestima assim como propõe reorganizar a lógica sociopolítica de opressão.

Joice Berth (2020), define empoderamento como “um instrumento de emancipação política e social”, que ao invés de inverter os polos do poder enfrenta a opressão racial a partir da “percepção de si como contrário do opressor”. Empoderar é dar poder.

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento tanto de si mesmo quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente, para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e ainda de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade. (BERTH, 2020, p.21)

A associação estética e o simbolismo identitário acabam por se tornar uma representação do empoderamento, algo que se expande do eu para o coletivo,

v. 12, n. 1

Building the way

reestruturando as conjunturas de subjugação presentes na sociedade. Desse modo, a estética e a ancestralidade negra são instrumentos que dão poder. Na era da informação, ao mesmo tempo que a mídia e a rede social repercutem velhas dicotomias racistas, inclusive na própria sistematização dos algoritmos, as vozes da resistência negra conseguiram ter mais espaço.

Um exemplo recente, aconteceu em um tipo de entretenimento bastante popular no Brasil, o reality show. Em 2020 o ator Babu Santana entrou para o elenco de participantes do *Big Brother Brasil*, exibido pela Rede Globo em horário nobre e bastante repercutido nas redes sociais. Babu aparecia frequentemente com o seu cabelo *black power* adornado por um pente garfo, o ator foi fruto de uma curiosidade discriminatória não só dentro do reality como por comentários da internet. Sua resposta às atitudes de seus colegas foi a seguinte: "É o empoderamento *black*, né? Libertação. Antigamente você não podia ter cabelo comprido porque era ligado à sujeira, uma coisa feia, subversiva. Quando você pega o pente e abre o *black*, o *black* é a coroa e o pente a libertação"¹⁷.



Figura 5: Babu Santana usando o pente garfo, que mais que um instrumento para contemplar cabelos crespos é um símbolo do movimento Black Power. Fonte: <<https://brasil.elpais.com/cultura/2020-04-15/babu-santana-o-ator-que-saiu-do-vidigal-mas-nao-deixa-a-favela.html>>. Acesso em: 15 de março de 2022.

A imersão da estética negra e a construção de signos de empoderamento também se fazem presentes na arte e em empreendimentos culturais. O Ilê Aiyê, bloco afro-carnavalesco criado em 1974 em Salvador, e ainda bastante ativo, representa esse arquétipo, na representação de uma figuração afro-brasileira de estética e de performance, que confere um sentimento de dar poder.

¹⁷ Disponível em: <<https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2021/01/babu-santana-mostra-corte-de-cabelo-o-black-e-coroa-e-o-pente-libertacao.html#:~:text=para%20quem%20%C3%A9,%22O%20black%20%C3%A9%20a%20coroa%20e%20o%20pente%20a%20liberta%C3%A7%C3%A3o,deixa%20lind%C3%A3o%22%2C%20afirmou%20Babu%20>>. Acesso em: 15 de março de 2022.

O objetivo do Ilê Aiyê de africanizar o carnaval soteropolitano transcende a festa e contribui para moldar a autoimagem e o cotidiano da população negra da metrópole. Ela começa a exibir tranças, cabelos black e rastafári, batas africanas e búzios. Esses mesmos búzios representam o logotipo do bloco, nas cores preto, amarelo, vermelho e branco, sobre a divisa “perfil azeviche”, referência ao mineral que simboliza a pele negra. De 1980 a 2005, o artista plástico José Antonio Cunha, o J. Cunha (1948), cria as estampas das vestimentas e os cenários onde ficam os dançarinos. Ele é sucedido pelo artista plástico Raimundo Souza dos Santos, o Mundão (1957). Insígnias do candomblé, como o opaxorô de Oxalá e os tridentes de Exu, compõem os elementos gráficos do grupo. O evento Noite da Beleza Negra, idealizado em 1979 para a escolha da Deusa do Ébano – rainha do bloco –, logo se converte na festa mais importante para o Ilê Aiyê antes do carnaval.¹⁸

Figura 6: Mirinha Cruz e Jéssica Nascimento, rainhas do bloco do Ilê Aiyê, respectivamente, em 1976



e 2018 as cores referenciam o afro-brasileiro, assim como os acessórios remetem as tradições de matrizes africanas. Fonte: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo636197/ile-aiye>.> Acesso em: 14 de março de 2022

A exaltação da beleza negra, e a remodelação desse próprio conceito também está presente em trabalhos de artistas influentes como da fotógrafa Helen Salomão, que além de destacar a identidade baiana, exalta a beleza negra em uma posição de política e empoderamento, diferente de muitas representações fotográficas que apresenta o corpo negro envolto no drama e no sofrimento.

¹⁸ ILÊ Aiyê. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo636197/ile-aiye>. Acesso em: 14 de março de 2022.



Figura 7: Fotografia da artista Helen Salomão. Essa imagem foi capa do episódio Vênus, do podcast História Preta, em referência a beleza negra. Fonte: <https://www.instagram.com/historia_preta/>. Acesso em 15 de março de 2022.



Figura 8: Fotografia de Hellen Salomão. Fonte: <<https://www.instagram.com/helesalomao/>> Acesso: 15 de março de 2022

A mulher negra também protagoniza a arte de Helen Salomão, incluindo aqui não só uma posição do empoderamento negro, mas também para inclusão do feminino dentro de uma linha feminista. Sua obra também enfoca a diversidade de corpos, a ancestralidade, os símbolos vinculados a negritude e a percepção do afro-brasileiro.

A estética como subsídio empoderador assume os papéis de resistência, manutenção da identidade e a criação de outras identidades não necessariamente africana, mas afro-brasileira. Os penteados, os acessórios, as roupas, as artes corporais, tudo isso fazem uma revitalização nacional na construção da identidade brasileira.

Estar inserido em uma sociedade que te faz se sentir excluído, não te deixa se sentir como um sujeito pertencente a sua própria nação é um sentimento que está

v. 12, n. 1

Building the way

enraizado no pensamento de grande parte dos negros brasileiros. É um incomodo constante para os negros os olhares racistas deste mundo branco que inferioriza e muitas vezes o impede de se reconhecer enquanto pessoa. Nesse sentido Frantz Fanon (2008), fornece uma reflexão sólida acerca das consequências psicológicas do racismo no ser colonizado:

106

No mundo do branco o homem de cor encontra dificuldade na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento de corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera de densas incertezas. (2008, p.104)

Dessa forma, a construção simbólica, dos traços que evocam identidade, ancestralidade antes usados para justificar a violência, a opressão, agora se torna fundamento de orgulho, resistência onde a autoaceitação se entrelaça a autoestima repercutindo no coletivo que subverte as estruturas racistas presente na sociedade.

Considerações finais

Conforme discutido no desenrolar deste trabalho, conclui-se que o racismo estrutural, tal como constituído no Brasil, e o domínio do poder que o sustenta, preservando hierarquias raciais estabelecidas desde o sistema escravocrata, atuam condicionando e fazendo perdurar a posição de subalternidade do Negro.

O colonialismo perpetuou em nossa mentalidade a ideia de superioridade europeia e inferioridade não só do negro, mas também, a dos indígenas e seus respectivos descendentes. O Brasil possui especificidades no que diz respeito à constituição do racismo e das desigualdades raciais, por isso as análises sobre a condição social da população negra brasileira precisam ser contextualizadas, com pesquisas mais aprofundadas.

A identidade é construída no meio do convívio social dos sujeitos e na relação com o outro. Desta forma, a estética eurocêntrica se torna uma arma de opressão sobre os cabelos crespos e corpos dos negros brasileiros, que tentam se enquadrar ao padrão da estética branca. Na contracorrente, sujeitos a partir de uma prática do empoderamento aproveitam espaços de visibilidade, por meio da mídia e das redes sociais para exaltar a identidade negra a partir da imagem, dos símbolos

Building the way

ancestrais, autoestima e da estética, como também para fazer críticas aos padrões excludentes e ao racismo estrutural.

É válido lembrar, que a existência de novos lugares de engajamento, como os espaços virtuais não garante uma representatividade. O racismo, já que estruturado, contempla e se reproduz nesses espaços e por trás deles. O racismo algorítmico e a fermentação dos gabinetes de ódios contrassujeitos marginalizados existem, suplantando violência psicológica, discursiva, propagando valores estéticos coloniais e silenciando vozes.

Ao longo da pesquisa, podemos concluir que dentro das redes sociais a um número imenso de pessoas que usam perfis falsos para disparar ataques de ódio, pessoas que não temem defender uma postura discriminatória perante a tipologia do espaço e a impunidade que esse confere. Esses discursos racistas legitimam a violência contra corpos negros tanto em espaço social real quanto no espaço digitalizado. As redes, enquanto empresas, falham pela incapacidade de fiscalizar, banir e identificar crimes raciais.

Tendo em vista o problema causado pela normalização da estética branca como a ideal, conclui-se que estudos aprofundados para a exaltação da beleza negra ainda sejam necessários para que as novas gerações sejam representadas, o exercício de historicizar também é propor a reflexão da necessidade de inserir sujeitos invisibilizados como protagonistas da história, afim de contribuir para o reconhecimento do seu eu, em prol da diversidade do belo e da democracia em todos os âmbitos.

REFERÊNCIAS E FONTES

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERTH, Joice. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

BIDDLE, Sam; RIBEIRO, Paulo Victor; DIAS, Tatiana. Censura Invisível. *The Intercept Brasil*. 16 de março de 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/03/16/tiktok-censurou-rostos-feios-e-favelas-para-atrair-novos-usuarios/>>. Acesso em: 19 jun 2022.

CORES e botas. *Julia Vicente*. Brasil: Preta Filmes, 2011. (Curta-metragem). Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=LI8EYEygU0o>>. 02 fev 2022.

Building the way

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Brasil, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 18 mar 2022.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo de identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

MORAIS, Yasmim. Digital Influencers denunciam racismo algorítmico do Instagram. *Negre*. 16 de março de 2020. Disponível: <<https://negre.com.br/digital-influencers-denunciam-racismo-algoritmico-do-instagram/>> Acesso: 19 jun 2022.

MORRISON, Toni. *O olho mais azul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

NOBLE, Safya Umoja. *Algoritmos da opressão: como os mecanismos de busca reforçam o racismo*. Santo André - SP: Editora Rua do Sabão, 2021.

O DILEMA das redes. Jeff Orlowski. *Estados Unidos*: Netflix, 2020. (Documentário) Disponível em: <<https://www.netflix.com/title/81254224>>. Acesso 18 jun 2022.

PEREIRA, Lilia ; RAMALHO, Viviane. . A construção da identidade da mulher negra no Brasil. In: *Comunicaciones En Humanidades*. Santiago de Chile: Latinoamericano Facultad de Historia, Geografía y Letras. Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación. 2012. P. 34-49. Disponível em: <<http://revistas.umce.cl/index.php/Comunicaciones/article/view/653>>. Acesso em: 07 Mar. 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SILVA, Tarcízio. *Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Building the way

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2012.